



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Eduarda Duda da Motta

As consequências do assédio sexual na vida das mulheres: uma discussão a partir da utilização do transporte público no Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2020

Eduarda Duda da Motta

As consequências do assédio sexual na vida das mulheres: uma discussão a partir da utilização do transporte público no Rio de Janeiro

Projeto de monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCEUZ) como requisito para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientadora: Raquel Barbosa Moratori
Coorientadora: Suelen Barbosa da Silva

**Rio de Janeiro
2020**

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca da EPSJV/RJ

Eduarda Duda da Motta

As consequências do assédio sexual na vida das mulheres: uma discussão a partir da utilização do transporte público no Rio de Janeiro

Projeto de monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCEUZ) como requisito para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientadora: Raquel Barbosa Moratori

Co orientadora: Suelen Barbosa da Silva

Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Pedro Paulo Machado Bastos,
IPPUR/UFRJ

Doutora, Letícia Batista Silva, EPSJV-Fiocruz e UFF

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2020

Dedico este TCC a todas as mulheres;
sobretudo as que sofreram e ainda sofrem
a violência que essa sociedade patriarcal gera.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, ajudaram na construção deste TCC.

Agradeço especialmente a Escola de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) e a todos os funcionários, principalmente os professores, que contribuíram imensamente para a minha formação acadêmica e pessoal.

Sou grata a todos os meus amigos que me escutaram falar incansavelmente sobre este TCC, que leram, me apoiaram, me deram coragem e me incentivaram durante esta caminhada.

Gostaria de agradecer a minha família por sempre estar comigo a cada passo da minha vida, em especial a minha mãe, Vanessa, que é minha inspiração. Ela é meu porto seguro, onde busco forças para continuar lutando pelo que acho certo e perseguindo meus sonhos. Nada seria possível sem a ajuda e o apoio dela, quem sempre me acalmou, ouviu minhas apresentações e me mostrou que vale a pena lutar pelo que acreditamos. Eu te amo infinitamente.

Também gostaria de agradecer a minha orientadora e coorientadora, que sempre me ajudou na caminhada deste trabalho. A Raquel que está comigo nesse projeto desde a metade do meu segundo ano, desde o começo eu sabia que ela seria fantástica e me ajudaria grandemente, assim como ocorreu. E a Suelen que aceitou entrar nessa jornada para completar o time trazendo benefícios enormes e magníficos.

A todos, um grande abraço e a minha eterna gratidão por fazerem parte desse momento.

“A violência contra a mulher é uma forma de violência que se persiste no tempo e se estende praticamente a todas as classes sociais, culturas e sociedade.” Okabet

RESUMO

O assédio sexual é um ato naturalizado diante de uma sociedade machista e patriarcal. De acordo com esta situação pode-se perceber a motivação de ter tantos casos de assédio contra as mulheres no cotidiano da vida pública e privada. O assédio existe em vários ambientes e em diferentes formas, na sua maioria ocorre com mulheres, sendo necessário, por isso, tratá-lo como uma questão de interesse público. Neste contexto o projeto tem como objetivo, compreender como o assédio sexual sofrido no transporte público pelas mulheres afeta sua saúde, investigando as estratégias defensivas de proteção usada por elas. Este estudo se constitui como uma pesquisa qualitativa, organizado em dois momentos, primeiramente a revisão bibliográfica e a pesquisa documental e posteriormente a análise do questionário semiestruturado. Em linhas gerais os resultados da pesquisa apontam que as mulheres sofrem assédio sexual cotidianamente no transporte público e isso gera consequências para sua saúde mental e mostra a falta de políticas públicas de combate a essa violência.

Palavras-chave: Mulheres, Assédio e Transporte Público.

RESUMEN

El acoso sexual es un acto naturalizado en una sociedad sexista y patriarcal. Según esta situación, se puede ver la motivación para tener tantos casos de acoso contra las mujeres en la vida pública y privada. El acoso existe en diversos entornos y en diferentes formas, principalmente en mujeres, y por lo tanto es necesario tratarlo como un asunto de interés público. En este contexto, el proyecto tiene como objetivo comprender cómo el acoso sexual sufrido en el transporte público por las mujeres afecta su salud, investigando las estrategias de protección defensiva utilizadas por ellas. Este estudio se constituye como una investigación cualitativa, organizada en dos momentos, primero la revisión bibliográfica y la investigación documental y luego el análisis del cuestionario semiestructurado. En general, los resultados de la encuesta muestran que las mujeres sufren acoso sexual en el transporte público a diario y esto tiene consecuencias para su salud mental y evidencia la falta de políticas públicas para combatir esta violencia.

Palabras clave: Mujeres, Acoso y Transporte público.

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO.....	10
OBJETIVOS.....	14
METODOLOGIA.....	15
1º CAPÍTULO	17
2º CAPÍTULO.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	39
Apêndice 1.....	41
Apêndice 2.....	43
ANEXO 1.....	46

1 INTRODUÇÃO

O assédio sexual abrange diversos campos, como ambiente, faixa etária e sexo. No dia a dia pode-se observar a quantidade de eventos de assédio que as mulheres sofrem todos os dias na rua e os efeitos que isso produz. Percebe-se que esta ação causa certo amedrontamento e desconforto em andar sozinha e usar certos tipos de roupa; esses são alguns dos efeitos que podem ser observados em uma simples conversa rotineira. Existem alguns tipos de assédios que ganham certo “apoio” de uma grande parcela da sociedade, como buzinar enquanto a mulher está andando na rua, chamar as mulheres que passam de “gostosas”, falar que queria tê-las na sua casa, dentre outros. Isso é taxado como normal e até mesmo como um elogio, como se fosse algo bom, mas a realidade é que esses gestos são assédios negligenciados e naturalizados. O fato de eu ser mulher e viver em uma sociedade machista e desde a infância sofrer com a violência de gênero me fez refletir do quanto é importante falar sobre esse assunto. Além disso, tive a oportunidade de ouvir, ler, discutir, assistir palestras e trabalhos das minhas colegas na escola sobre a violência contra a mulher.

Ao ter mais contato com estudos sobre este tema, pude perceber a importância que a saúde mental tem para todas as pessoas e quanto o assédio mexe diretamente com essa questão. Na pesquisa feita por Habigzang *et al* (2008) o autor discorre sobre o tratamento de vítimas de assédio sexual em mulheres entre 9 e 13 anos, essas vítimas passaram por um tratamento adaptado em duas etapas, a avaliação individual e a terapia em grupo. Dentro dessas etapas existem várias subdivisões de encontros e formatos de terapias adaptados para serem mais efetivos e confortáveis para estas meninas. Esse estudo mostra como o tratamento adequado pode ajudar as vítimas dessa violência em vários aspectos, como no rendimento escolar, no meio social; no tratar da vitimização e na culpabilização dessas meninas e mulheres. O estudo também mostra o efeito do tratamento em relação a melhora na diminuição do índice de suicídios e até mesmo na prevenção de futuras violências.

A outra parte do estudo destaca que o assédio abrange também a relação de raça, de gênero e de poder. Há uma pesquisa feita por Andrade *et al* (2017), que estuda esta relação, fazendo uma revisão bibliográfica sobre o assédio moral no trabalho. Nesse estudo observa-se a relação histórica que

envolve esse tipo de assédio, no qual pode-se perceber a naturalização da superioridade do homem branco, que contribui não somente para a superioridade do gênero masculino, mas também na superioridade de raça/cor. Ou seja, a hierarquização ou a chamada pirâmide social que se organiza da seguinte forma: no topo vem o homem branco, abaixo vem a mulher branca, depois o homem negro e por último vem a mulher negra. Esta hierarquização é um respaldo para as ocorrências de assédios sexuais no trabalho.

O estudo também aponta que o assédio moral no trabalho tem aumentado cada vez mais, o que gera mais agravamento e chama ainda mais atenção para este tema. O aumento desses casos é tão alto que muitas mulheres podem dar um exemplo de assédio no trabalho ocorrido com pessoas muito próximas delas. Por exemplo, o caso de uma pessoa conhecida que trabalhava no *telemarketing* de uma empresa, na qual tinha o cargo de operadora de vendas *online*, que foi forçada a pedir demissão do trabalho, porque o chefe a assediava com frequência e a constrangia, recorrentemente, para que tivesse relações sexuais casuais com ele. Quando ela disse que não ficaria com ele, isso o irritou e ele começou a ameaçá-la e inventar motivos para demiti-la por justa causa. Como tática de defesa a vítima acabou pedindo demissão e abrindo mão de seus direitos trabalhistas. Desse modo, ela sofreu duas violências, a sexual/moral e a perda de seus direitos. Esse é só um exemplo dos diversos tipos de assédio e da causa que esta ação traz para a vida da vítima.

Há uma pesquisa desenvolvida por DeSouza *et al* (2000), que faz a leitura da construção social dos papéis sexuais femininos, ou seja, o modelo Maria. Este modelo trata do dever que a mulher tem como a obrigação de cuidar dos filhos, com o cuidar da casa, como ser submissa ao marido, como a não ter pensamento crítico e aceitar as traições; porque socialmente a traição é algo “natural” do homem. Esta análise discorre sobre a relação histórica com o assédio, porque os papéis historicamente colocados a mulher, autoriza uma “justificativa” de que o homem pode fazer o que “bem quiser” e isso não é considerado por eles como assédio. Pois se as mulheres são submissas, elas têm de aceitar este tipo de situação ou ação. Ao observar a análise supracitada pode-se apontar os papéis impostos as mulheres que ainda hoje fazem parte do dia a dia de muitas; como se fosse algo natural e não uma construção social. O que corrobora com o assédio sofrido por elas. Reconhecendo que isso é uma construção social que está

implantada nos primeiros princípios sociais e que por muito tempo não foi vista como uma questão preocupante para a vida das mulheres, isso traz grande agravo nestes casos.

Essas ações são frutos do machismo estrutural e da sociedade patriarcal, isto é, a ideia de que o homem é um ser superior. Essa ideia é passada de geração para geração e é defendida pela sociedade atual, que é contra a igualdade de gênero e preza pelo ideal do homem como ser superior à mulher. Norma essa que oprime a mulher, induzindo a não criação de pensamentos críticos que consequentemente faz com que ela não tenha abertura para expressar sua opinião. Este modelo de sociedade que assombra as mulheres é fruto desses pensamentos citados a cima. No entanto, esse pensamento patriarcal vem se desfazendo, uma vez que o movimento feminista vem lutando pelos direitos das mulheres, pela igualdade de gênero e a liberdade de expressão.

Com base nesses arquivos percebe-se que os danos causados pelo assédio na vida das mulheres os acompanham por toda a sua trajetória. Por isso as mulheres deveriam aprender a lutar e a lidar contra o assédio desde pequenas. Mas o momento em que sofre a violência fica marcado por medo, raiva e autoproteção, fazendo com que elas não reajam contra isso. É quase impossível encontrar uma mulher que não tenha sofrido algum tipo de assédio, seja ele sexual ou moral. Em virtude dos dados levantados, leva-se a crer no quanto isso é recorrente e mesmo assim não tem nem a metade da atenção que deveria se ter, tanto no cuidado com essas vítimas, quanto no reconhecimento do assédio enquanto violência naturalizada.

O transporte público é um ambiente no qual o assédio sexual vem aumentando cada vez mais. Ele deveria ser um meio de locomoção que todos pudessem usar com segurança, no entanto, observa-se que nas pesquisas do Instituto Patrícia Galvão Locomotiva mostra o revés. Os assédios que as mulheres vêm sofrendo nestes lugares (trem, metro e ônibus) caracterizam-se, sobretudo, com a ação do homem se esfregar no corpo delas e se aproveitando da lotação que ocorre nesses transportes. Também acontece o passar da mão em partes do corpo da mulher, olhares maliciosos e até mesmo frases hipersexualizadas sobre o corpo feminino de maneira a constranger a vítima. A pesquisa divulgada no dia 18/07/19 feita pelo Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva Pesquisa e Estratégia (2019) mostra que 97% das mulheres

brasileiras relatam que já sofreram assédio sexual no transporte público e 71% dizem conhecer mulheres que já sofreram.

Os assédios sofridos pelas mulheres nos transportes públicos e nas ruas ganham destaque também em uma disciplina chamada aula aberta na UFRJ pela professora Joana Ribeiro (2019). Ela traz dados sobre a quantidade de assédio, sobre a diferença na locomoção das mulheres e na dos homens e a diferença na carga diária de trabalho. Esses dados são muito importantes, inclusive o da quantidade de população por gênero, pois mostram que apesar de as mulheres serem mais constrangidas e oprimidas, elas são também maiores em número, o que traz uma grande controvérsia. Isso pode ser observado nos dados a seguir: em 2010 as mulheres eram 51,03% da população brasileira, as mulheres trabalham, em média, 7,5 horas a mais que os homens por semana (IPEA, 2018 *apud* RIBEIRO, 2019). Esta pesquisa também mostra os meios pelos quais vários países/cidades usam para tentar acabar com esse tipo de assédio, como por exemplo em Londres. As campanhas mostraram resultados, como a duplicação das denúncias de ofensas sexuais; atenção para horários críticos em relação a ocorrências dos assédios (manhã e tarde, horários de pico) e a maior confiança para poder denunciar. O estudo mostra o quanto essa violência é naturalizada pela sociedade e o quão errado é esta situação. Tal estudo mostra a importância de se falar no tema para combater e mostrar a todos o que ocorre no dia a dia das mulheres.

Os dados supracitados mostram a gravidade da situação e o quão recorrente tem se tornado. Além disso, uma das razões pelo qual o tema é estudado nesta monografia é o pouco tratamento dado ao assunto perante a sociedade. Com destaque de entrevistas sobre assédio sexual no transporte público, com recorte nas alunas do ensino médio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. Pretende-se abordar também as estratégias de proteção que as mulheres usam e as consequências que estas ações podem causar.

Diante do exposto, a questão central desta pesquisa é compreender como o assédio sexual sofrido pelas mulheres no transporte público, impacta diretamente em sua saúde mental.

2.1- OBJETIVOS:

O objetivo geral deste estudo foi compreender como o assédio sexual sofrido no transporte público pelas mulheres afetava a saúde mental delas.

2.2- Os objetivos específicos foram:

- 1-Discutir o papel social das mulheres na sociedade capitalista;
- 2-Apresentar os tipos de assédio que ocorrem no transporte público brasileiro e de que forma este tipo de assédio afetava a saúde das mulheres;
- 3-Analisar as estratégias defensivas e as políticas públicas de proteção das mulheres em sua locomoção diária.

Este estudo partiu do pressuposto de que os assédios que as mulheres sofrem no seu cotidiano, seja ele verbal ou físico, causam-lhes problemas de saúde e que muitos destes assédios são naturalizados por grande parte da sociedade. Compreende-se que tais consequências podem ser permanentes e trazer sequelas para a vida delas.

3-METODOLOGIA:

Segundo Minayo (2001) a metodologia ocupa um lugar central na pesquisa, pois ela inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas e o potencial criativo para a realização deste estudo. A metodologia é o caminho do pensamento e execução da pesquisa.

As estratégias metodológicas utilizadas neste trabalho foram revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Na revisão bibliográfica foram revisados/revisou-se os trabalhos já existentes sobre o tema em estudo para dar base a pesquisa. Na pesquisa documental buscou-se aspectos normativos e legais, que diziam a respeito do objeto de estudo, como por exemplo, o vagão exclusivo das mulheres, a lei Maria da Penha, a lei de importunação. A pesquisa de campo abordou as estratégias defensivas, o que se constitui como assédio para as respondentes, dentre outras questões.

Como ponto de partida foram definidos três descritores de pesquisa, a saber: mulheres, assédio e transportes públicos. Ao total foram encontrados 314 artigos referentes aos descritores acima citados. Destes estudos foram selecionados 4 artigos que iniciaram a construção teórica desta monografia. Posteriormente, essas produções científicas foram utilizadas para construção dos capítulos teóricos e análises no desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa de campo se constituiu como segunda etapa deste trabalho, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado (vide Apêndice 2). Segundo Manzini (Unesp, 2018) a pesquisa de campo é uma interação social e deve ser objetiva, clara e de acordo com os objetivos da pesquisa.

Esta pesquisa se submeteu as normas previstas pelo Comitê de Ética da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), submetendo-se a sua apreciação. Deste modo, foi registrado na Plataforma Brasil onde foi encaminhado o projeto de pesquisa, o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), o questionário semiestruturado e demais documentações previstas neste processo.

Foi destacado que este instrumento de coleta de dados foi respondido pela plataforma digital do *Google* Formulário, que foi enviado aos sujeitos da pesquisa por *e-mail*, *Whatsapp* e/ou outras mídias.

A pesquisadora deste estudo estabeleceu contato com os possíveis sujeitos da pesquisa por meio dos representantes de turma via mídia social *Whatsapp*. Neste contato foi explicado o tema da pesquisa, seu objetivo e realizado o convite para a participação do estudo. O grupo de *Whatsapp* pelo qual foi feito o contato continha os representantes de todas as turmas da escola, os quais foram os informantes-chave entre os sujeitos e a pesquisadora.

Os critérios de escolha de participação da pesquisa foram as estudantes do ensino médio da EPSJV, que utilizam transporte público e são maiores de 18 anos. Uma vez que aceitassem participar do estudo, o representante de turma retornava para a pesquisadora o contato das interessadas. Todas as participantes só puderam participar do estudo por meio de assinatura no TCLE online (vide anexo 1) que foi apresentado antes das questões da pesquisa, por meio digital. O questionário (vide Apêndice 2) levou em média 5 minutos para ser respondido.

O trabalho de campo foi realizado imediatamente após sua aprovação pelo CEP EPSJV. Esse formulário esteve disponível para respostas por um período de três a quatro semanas, podendo ter sido finalizado antes caso tivesse havido alta adesão ao formulário nas duas primeiras semanas. O trabalho foi finalizado em 2020.

Capítulo 01:A mulher diante da sociedade

Este capítulo tem por objetivo discutir o papel social das mulheres na sociedade capitalista e os tipos de violência de gênero por elas sofrida, à luz dos autores Andrade *et al* (2017), DeSouza *et al* (2000), Habigzang, *et al* (2008), Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva Pesquisa e Estratégia (2019), Okabe *et al* (2009) e Oliveira *et al* (2005).

DeSouza *et al* (2000) apresenta em seus estudos a trajetória envolvida por trás do papel da mulher, até os dias de hoje. Pois, de acordo com os autores estudados, esse tema tem uma enorme importância social, sobretudo para ajudar a entender a origem do machismo patriarcal. Os autores fazem uma revisão voltada para o Brasil, em relação ao papel imposto historicamente às mulheres e apresentam o “Modelo Maria” em uma análise histórico-social-política. Esta análise também é baseada em testes que eles realizaram, simulando situações e comparando respostas não só do Brasil como de outros países.

Os autores expõem que a sexualização, a objetificação e a submissão da mulher acontece aqui no Brasil desde a colonização, assim como pode ser observado no trecho a seguir:

“A escassez de mulheres portuguesas conferiu aos homens a licenciosidade sexual (Burns, 1993), aumentada pelo fato de que os colonizadores portugueses não estavam sujeitos nem ao fervor católico dos espanhóis, nem à inibição pudica dos protestantes ingleses (Levine, 1989). Portanto, os homens portugueses mantiveram relações sexuais com mulheres africanas, que eram vistas primeiramente em dois papéis: como trabalhadoras e como objetos sexuais.” (DESOUZA *et al*, 2000, p.468)

Pode dizer que as relações entre homens e mulheres vistas sob esta perspectiva desconsiderava as mulheres como sujeitos portadoras de direitos, colocando sua existência como objeto de interesse dos homens portugueses.

A partir daí foi se adotando e aprofundando no Brasil colônia uma cultura que pregava cada vez mais a submissão das mulheres, seja de modo geral no âmbito da sociedade, ou no campo privado, nas relações destas com seus cônjuges. Esta submissão tem como características não ter voz ativa ou possibilidade de desenvolver pensamento crítico. Sendo reservado a elas,

prioritariamente, cuidar do lar, cuidar dos filhos, suportar as traições do marido, dentre outras obediências. Enquanto isso os homens foram criados para satisfazer suas vontades e serem os chefes das suas famílias. Com isso as suas ações são justificadas socialmente atribuindo a eles direitos superiores aos das mulheres.

É neste contexto que os autores abordam fundamentalmente as questões que discutem as problemáticas sociais entre o papel do homem e da mulher que se construía naquele determinado momento da sociedade colonial brasileira. E propõem o “Modelo Maria” como forma de compreensão da realidade social das mulheres brasileiras. A partir das ideias trazidas pelos autores entende-se que o machismo é a expressão de glorificação da hipermasculinidade, visto como uma norma cultural.

Já o modelo Maria é um termo usado para representar o ditado “bela, recatada e do lar”. Este modelo se refere à mulher como alguém que serve ao marido e aos filhos, não lhe permitindo o direito de se cuidar ou de satisfazer suas necessidades físicas e sociais; este modelo indica que a satisfação e o sonho da mulher deveria ser é isto: servir ao marido, cuidar dos filhos e ser submissa. Conforme os autores ratificam,

“Quando as mulheres brancas chegaram durante a era Colonial, elas mantiveram o arquétipo do modelo de Maria elas eram assexuadas; suas vidas restritas aos limites da casa ou da Igreja. As mulheres eram estereotipadas como fracas, submissas, passivas e sem poder na área pública. Em vez de receber uma educação formal, elas eram treinadas para o casamento (da Costa, 1985) para administrar a casa, criar os filhos, e tolerar as relações extra-matrimoniais do marido com as escravas (McCann & Conniff, 1989, p. xii). Da Costa (1985) sugere que tais ligações existiam em harmonia dentro dos preceitos religiosos da época, os quais favoreceram a miscigenação.” (DESOUZA et al, 2000, p. 486)

O que foi detalhado acima é o modelo que todas as mulheres seguiam naquela época, desta maneira começou a ser aderida na nova cultura brasileira que estava sendo formada. A herança do modelo Maria assombra a sociedade brasileira até os dias de hoje. O que configurou e configura numa desigualdade e falta de direito trazido por ele. Que tem como consequência o nascimento de um movimento de mulheres que luta contra as desigualdades.

Os movimentos de mulheres têm como principais pautas de lutas a igualdade e equidade. Para que com isso possam buscar alternativas que lhes garantam direitos de participação social, como ter acesso a creches gratuitas para seus filhos, conseguir trabalhar sem a autorização dos seus maridos, não ter que ser submissa ao marido, etc.

Com o passar do tempo e a conquista com muito suor de alguns direitos, como o direito ao voto e o direito a estudar; a luta se fortaleceu para conseguir combater as desigualdades da sociedade. Esse movimento ficou conhecido como movimento feminista e tem seus desdobramentos no Brasil a partir deste contexto cultural acima destacado.

Mais adiante o movimento feminista ganhou destaque no Brasil na década de 70 quando as mulheres de todas as classes se juntaram e reivindicaram que seus direitos fossem incluídos no sistema político brasileiro, assim como pode-se observar no trecho a seguir:

“Nos anos 70, um “novo movimento feminista” emergiu no Brasil (Hahner,1990). O Zeitgeist (espírito dos tempos) era propício para um grande avanço: foi na metade dos anos 70 que “as mulheres de classe média, de nível universitário, e mulheres pobres, sem educação, organizaram movimentos para que suas reivindicações políticas feministas fossem incluídas no sistema político brasileiro (ALVAREZ, 1989, p. 205 apud DESOUZA2000et al, p.487)

O movimento feminista nesta época ganhou o termo de “novo” por três principais influências, que são:

“Primeiro, no sentido político, a ditadura militar estava mostrando sinais de fraqueza. Começando em 1975, durante a presidência de Ernesto Geisel, começou a abertura, permitindo mais liberdade ao movimento político, com as feministas dando seu apoio à oposição (Alvarez, 1989). As forças políticas estrangeiras também tiveram um impacto positivo sobre o movimento das mulheres, enquanto que as Nações Unidas, em um esforço para acabar com a desigualdade entre os sexos, apoiou o Dia Internacional da Mulher” [...]

“Uma segunda influência foi o lugar da mulher na economia. Alvarez (1989) cita estatísticas que mostram que na década de 70, a participação feminina na população economicamente ativa (PEA) brasileira aumentou de 18,5% para 26,9%. A participação feminina na PEA em posições administrativas quase dobrou entre 1960 e 1980 de 8,2% para 15,4%. O número de mulheres em profissões de alto prestígio (p. ex., engenheiras, economistas, médicas, professoras universitárias e advogadas) cresceu aproximadamente 400% nessa década, de 19.000 em 1970 para 95.800 em 1980. Em 1980, já havia aproximadamente o mesmo número de homens e mulheres brasileiros nas universidades (689.000 homens e 663.000 mulheres)”[...]

“Terceiro, houve uma mudança na direção da religião. A Igreja católica, tendo estado ao lado das elites por séculos, tomou uma nova posição no Brasil por volta dos anos 70, voltando-se às necessidades das massas

(Alvarez, 1989). A Teologia da Libertação deu apoio social aos oprimidos. Ou seja, os padres sensibilizaram os trabalhadores e os pobres com relação a sua situação difícil e, em alguns casos, forneceram estratégias para que eles se dirigissem à elite e ao governo (Boff, 1992).”(DESOUZA et al, 2000, p. 487)

Essas são as principais influências no movimento feminista no Brasil, que se deu na década de 70. Tais mudanças deram mais força ao movimento como pode ser observado acima.

“DeSouza *et al* (2000) vem mostrar a partir de seus estudos sobre a origem da desigualdade de gênero, que o machismo é o denominador desta questão. Destacando que esta mesma desigualdade está enraizada na cultura brasileira. Nos estudos acima são apresentados os resultados consolidados de pesquisas desenvolvidas em universidades do Brasil e dos Estados Unidos, para comparar o assédio e a sexualização da mulher nesses países. Esta pesquisa é baseada em simulações, como a descrita a seguir:

“Em um outro estudo conduzido por DeSouza, Pierce, Zanelli e Hutz (1992) com universitários americanos e brasileiros, quatro situações foram manipuladas: um personagem feminino fictício havia consumido álcool (ou não) e havia aceitado o convite de um homem para ir até o seu apartamento (ou não). DeSouza e colaboradores descobriram que os brasileiros, independente do sexo dos participantes, mostraram maiores atribuições de intenção sexual da parte da personagem feminina em todas as quatro situações. Os autores sugeriram que os brasileiros eram mais estereotipados e erotizados que os americanos” (DESOUZA et al 2000, p.492)

Os resultados demonstraram que os brasileiros enxergam mais disposição a uma relação sexual da parte da mulher do que os americanos. Outro estudo qualitativo e quantitativo feito pelo Hutz *apud* Desouza (2000) também mostrara que os brasileiros sexualizam mais as mulheres e tem reações mais brandas a punições de assédio.

Percebe-se que há uma grande diferença cultural entre os países (Brasil-EUA) sobre o entendimento de assédio e da sexualização das mulheres. Tal diferença é tão grande que reflete até no comportamento diário dos cidadãos, como o modo de se comunicar, de se cumprimentar e até mesmo o modo de se falar ou de se gesticular. Os exemplos acima mostram que este comportamento é da cultura brasileira. Os brasileiros têm uma cultura de ser mais receptivos e íntimos nos cumprimentos e isso, majoritariamente, pode acarretar a um tipo de

entendimento ambíguo, que submetido as normas culturais brasileiras podem acabar possibilitando a abertura para o assédio, que acaba sendo muito tolerado pelos homens brasileiros, como mostra a pesquisa. Uma das justificativas para os abusos que foram encontrados nessas pesquisas consiste em:

“Somente no Brasil alguns respondentes inferem que algumas mulheres fazem-se de difíceis para evitar que sejam chamadas de fáceis. Ainda, os brasileiros inferiram mais interesse sexual da parte da mulher do que os americanos” (DESOUZA *et al*, 2000, p 492).

Com isso pode-se observar como o desejo da mulher é interpretado de uma forma sexualizada e até mesmo menosprezada por essa ideologia, ou ainda, o não da mulher na verdade é um sim.

No artigo escrito por Andrade *et al* (2017) é apresentada uma revisão das pesquisas já escritas sobre assédio moral no trabalho, de 2006 a 2016, fazendo uma discussão focada no gênero, raça e poder. Além disso, ele discute sobre o que e como o assédio moral se dá no trabalho, e suas consequências. Tais consequências que podem trazer, dentre outras ações como demissão, depressão e até mesmo suicídio. Enquanto no texto de Desouza *et al* (2000), ele diz que estes casos acontecem pelo papel imposto as mulheres, tal papel faz com que os homens acreditem possuir um determinado poder sobre as mulheres.

O estudo mostra que a violência nem sempre é física, as mais comuns são as palavras, os gestos opressores, as chantagens e as perseguições. Essas ações são tipos de violências difíceis de visualizar por não deixarem marcas físicas, mas, sobretudo, psicológicas. A partir dessas perspectivas Andrade *et al* (2017) começa a perceber o assédio moral como um pivô para desencadear problemas mentais, como os citados acima.

A autora destaca que assédio moral no trabalho tem como peso o conjunto formado pelo gênero, pela raça e pelo poder. Pois a maioria dos assédios acontecem quando o assediador está em um cargo mais alto na hierarquia institucional e por isso sente-se à vontade para tornar essas ações possíveis. Outra questão é o gênero; os homens majoritariamente tiveram muito mais privilégios na sociedade do que as mulheres. Como já foi supracitado, isso

faz com que os homens se sintam no direito de assediar as mulheres do seu trabalho e dessa forma desvalorizando-as. A pesquisa aponta que:

“Considerando que os homossexuais, as mulheres e os negros são os que mais sofrem com a violência simbólica no mundo do trabalho, é preciso integrar às investigações científicas as categorias de raça e gênero. A intolerância e a discriminação social no ambiente de trabalho afetam sobretudo os negros e pardos de camadas populares” (ANDRADE *et al*, 2017, p.11)

Este excerto acima reafirma que os grupos que mais sofrem assédio são os que menos têm destaque em pesquisas para combater e mostrar o que acontece nos trabalhos.

A discussão sobre a dimensão racial neste contexto implica a compreensão de vários elementos sociais, culturais e econômicos no interior da sociedade brasileira. O estudo deixa bem claro que quando se refere a isso, Andrad *et al* (2017) fala da hierarquia social que esse termo trata. Remetendo a origem escravocrata, que teve início na colonização e no processo de expansão marítima feito pelos países Europeus. Nesse processo o homem branco se depara com povos diferentes e que em sua opinião são menos desenvolvidos; criando um pensamento de superioridade a esses povos que são os negros e os indígenas. Esse pensamento se expressa pelas suas diferenças tanto de sociedade como de hábitos, de tecnologias, de culturas e pela diferença de cor de pele, e com isso se vê no direito de escravizá-los. Isso origina uma cultura de escravidão e de pensamentos extremamente racistas e misóginos, que em alguns lugares perduram até hoje. Com isso percebe-se que o elemento raça interfere no assédio como um todo, inclusive na questão do assédio moral no âmbito de trabalho.

Com base na pesquisa de Andrade *et al* (2017), detectaram que os trabalhos sobre AMT (assédio moral no trabalho) tem aumentado cada vez mais, porém estudos da AMT com base em gênero, raça e poder ainda são muito poucos. Observa-se com a pesquisa que a violência no trabalho aponta a necessidade de uma investigação profunda sobre assédio nesses ambientes.

Destaca-se que a discussão sobre o tratamento psicológico dado as vítimas de violência sexual é outro trabalho de autoria importante para o tema abordado nesta pesquisa. A saúde mental da mulher está diretamente

relacionada com o papel imposto socialmente a ela. Ademais, é importante entender as consequências que o patriarcado pode gerar impondo tal papel. O tratamento dos danos causados por esta cultura é de suma importância, pois essa cultura afeta de forma grave o psicológico das vítimas, como depressão e outros transtornos.

Para analisar profundamente uma vertente do dano que esta cultura pode causar, a autora tem como tema central o tratamento psicológico em crianças, meninas entre 9 a 13 anos, vítimas de pelo menos um episódio de abuso sexual.

O abuso sexual é uma vertente do assédio como uma violência que passa do verbal ao físico. Por ser algo que impacta a vida da mulher e por ter a ligação com o assédio sexual afeta sobre esta violência e o seu tratamento é de extrema importância segundo este artigo, pois o tratamento é essencial para propiciar uma qualidade de vida destas vítimas no decorrer de suas trajetórias.

A violência sexual é chamada de estupro que perante a lei é qualificada como constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal, ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Esta ação tem uma sentença prisional estabelecida por lei em seu artigo 213 (na redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009).

Habigzang *et al* (2008) faz uma análise de tratamentos adaptados para ajudar crianças que vivenciaram esses abusos. Testando como elas ficaram antes, durante e depois do tratamento; avaliando, principalmente, a depressão, a ansiedade e a culpabilização e assim mostrando o quanto esse e outros tipos de tratamentos são importantes.

A principal ideia desenvolvida por Habigzang *et al* (2008) é a adaptação de tratamentos que foi usada em diferentes casos, para que tenha um melhor desempenho de adequação para as crianças. O primeiro passo do tratamento foi a avaliação individual, esta etapa é composta por três encontros ocorridos semanalmente com duração de uma hora, como pode ser observado no excerto abaixo:

“1º encontro, entrevista semiestruturada inicial, que foi gravada e transcrita; 2º encontro, inventários de depressão (CDI), de ansiedade (IDATE-C) e entrevista semiestruturada (CAPS); 3º encontro, entrevista estruturada com base no DSM-IV para avaliação do transtorno do estresse pós-traumático e escala de estresse infantil” (HABIGZANG *et al*, 2008, p. 71).

CDI é o inventário de depressão infantil, que tem como objetivo detectar a presença e a gravidade do transtorno depressivo. IDATE-C é o inventário de ansiedade traço-estado para criança. O inventário mede dois conceitos distintos de ansiedade: traço e estado. E CAPS é escala de atribuições e percepções de crianças e foi desenvolvido para mensurar questões específicas de crianças que sofreram abuso sexual.

Após essa etapa passaram para a terapia em grupo com 20 sessões e com frequências semanais e duração de 1h e 30min, cuja intenção era de:

“Reestruturar pensamentos, emoções e comportamentos disfuncionais relacionados à experiência de violência sexual; reduzir sintomas de transtorno do estresse pós-traumático, estresse, depressão e ansiedade; e aprender habilidades de autoproteção para prevenir futuras revitimizações” (HABIGZANG *et al*, 2008, p. 71).

Essas são algumas etapas do tratamento adaptado, que Habigzang *et al* (2008) utiliza nas pesquisas em prol dos resultados serem os mais confiáveis possíveis e assim diminuir as dúvidas de sua integridade. Tais adaptações como o embaralhamento das fases, que foram apresentadas anteriormente, que se dá por: cada grupo de meninas que participou desse tratamento cumpria a terapia com ordens de fases diferentes, dentro de cada etapa aplicada nelas. Observa-se que as propostas de tratamento foram geradas visando à melhoria de vida das vítimas e o tratamento mais adequado para cuidar de cada uma das participantes.

Um dos resultados da pesquisa foi mostrar que se deve investir mais no tratamento psicológico dentro da saúde pública do Brasil, não só para os casos de abuso sexual, mas também para contribuir com a superação de outras violências. Ofertando mais tratamentos, tornando-os de fácil acesso e especializando mais os funcionários para lidar devidamente com essas questões e, principalmente, mostrando a sua importância.

Ao observar tudo que já foi dito e o que esta pesquisa mostra, pode-se concluir que o acompanhamento faz um diferencial enorme na vida das vítimas. Até mesmo na própria desculpabilização, que é o processo de mostrar para a vítima que a culpa do ocorrido não foi dela e sim do agressor. A dimensão

psicológica de todos, inclusive das crianças é de extrema importância, principalmente quando estas sofrem algum tipo de violência. O cuidado mental é essencial em quem sofre os abusos e a eficácia deste processo é inegável, como foi mostrado nos resultados da pesquisa que expõe a melhoria do convívio social da criança que faz o tratamento psicológico. Como bem diz Habigzang (2008, p.72) “Tal resultado está em consonância com os estudos que apontam que as percepções distorcidas da criança, em relação ao abuso, estão relacionadas com maior sintomatologia de depressão e ansiedade.”

O tratamento é essencial para o entendimento do que de fato aconteceu no abuso e com isso conseguir evitar que aconteça novamente. Outro efeito positivo que se vê na vida da vítima é a melhora escolar da criança e várias outras melhorias no seu cotidiano, sobre tudo no convívio com outras pessoas. Isto também é consequência do tratamento adequado que a vítima recebe. Este tipo de cuidado deve ser implementado com mais eficácia no SUS, pois é dever do estado garantir o acesso a saúde de qualidade a todos e a saúde psicológica é vital para uma boa qualidade de vida.

O SUS já tem uma porta de entrada para este tipo de tratamento, como mostra na pesquisa de Oliveira *et al* (2005) que traz como tema central a verificação de qualidade do atendimento público às mulheres vítimas de violência sexual. No estudo é realizado uma pesquisa qualitativa em busca de responder os seguintes quesitos em relação ao acolhimento, à resolutividade, à responsabilidade sanitária e o acesso aos serviços.

Com a análise das entrevistas feita pela autora supracitada, puderam-se responder os critérios que haviam sido estabelecidos. No artigo ficou explícito que o acolhimento pelos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) é excelente, pois os profissionais do SUS são acolhedores com as usuárias, eles inclusive acabam criando um vínculo além do tratamento.

Quanto aos demais órgãos, particularmente, a Polícia Militar, verificou-se uma avaliação ruim por parte das usuárias em relação aos atendimentos ofertados. E, sobretudo, quando elas são vítimas de violência e buscam atendimento e encaminhamento nas delegacias.

As vítimas relatam que na hora de fazer a denúncia ocorre muita hostilidade e até culpabilização pelo ato de violência. A autora disserta sobre

uma possível causa para esse tratamento incorreto, que é a falta de preparo dos policiais para esta situação. Assim como ocorre com alguns membros da equipe de saúde que atendem essas vítimas. Também há relatos dessa falta de preparo do cuidado direto e pessoal com o paciente, de alguns funcionários da saúde.

Outros critérios analisados foram a resolutividade e a responsabilidade sanitária. A resolutividade se constitui em tornar disponível toda a tecnologia existente no território para o tratamento mais eficaz do paciente. Esse critério está indo por um bom caminho. Segundo a autora, os resultados de queda das pesquisas de “aborto legal” por causa da oferta rapidamente da pílula do dia seguinte, é algo superpositivo. Isso também é visto na efetividade dos medicamentos para evitar a AIDS e outras DSTS (doenças sexualmente transmissíveis), principalmente nos casos de estupro, pois estes tratamentos são imediatos quando o SUS cuida da saúde dessas vítimas.

A responsabilidade sanitária se expressa no respeito da história daquela mulher que está sendo atendida, como exemplo o ato de ouvi-la atentamente, de respeitá-la e de credibilizá-la na dor que está sentindo naquele momento.

Algumas pacientes reclamam de que muitos médicos que as atendem, deixam a sua crença pessoal interferir no direito delas em fazer o aborto. E dessa forma buscam influenciar em suas decisões. Isto é ferir o direito individual da pessoa e o dever de funcionário de saúde, de acordo com Oliveira (2005) *et al*, estes casos estão cada vez menores e a conscientização dos médicos vem aumentando.

O acesso é uma pauta muito importante e que está no meio de muitas reclamações. Isso se dá porque muitas mulheres não sabem da existência desse programa que o SUS oferece de apoio à vítima de violência sexual. Fazendo com que só tenham contato com o programa quando o hospital que ela foi atendida a encaminha para tal, ou às vezes ocorre de nem ter a possibilidade desse contato com o programa. Por esse motivo muitas vítimas têm os hospitais como porta de entrada para o programa, pois depois do atendimento no pronto socorro, elas são encaminhadas para o local mais próximo de sua residência que tenha uma equipe multiprofissional que cuida desses casos. Essa equipe conta com o apoio de assistência médica, de enfermagem, assistência psicológica, de serviço social, jurídica e assistência nos casos de gravidez (aborto).

Os estudos de Oliveira et al (2005) e o de Habagzang et al (2008) trazem a importância do acompanhamento das vítimas de violência sexual, pois o abuso causa diversos impactos negativos na vida da vítima. Podendo comprometer a saúde mental, o aspecto social e até mesmo a segurança de poder andar sozinha e confiar em alguma figura masculina. O cuidado com as pacientes é fundamental para que elas tenham uma vida com qualidade e que consigam seguir em frente com menos danos possíveis.

Além desses casos de violência sexual também temos uma alta quantidade de óbitos por violência de gênero, principalmente contra as mulheres. Como pode ser observado no estudo a seguir de Okabet *et al* (2008), houve grandes lutas, sobretudo do movimento feminista, para que os dados de óbitos por violência contra mulher tivessem visibilidade e com isso fossem analisados para ajudar a solucionar e revelar esta brutal violência.

“A violência contra a mulher é uma forma de violência que se persiste no tempo e se estende praticamente a todas as classes sociais, cultura e sociedade” (OKABET, 2008, p. 2).

Atualmente, no Brasil as mortes e agressões por violência são relatadas e registradas em um sistema que é vinculado a outro sistema já existente no SUS, chamado de Mortalidade à morbidade hospitalar. Este meio é usado para calcular a mortalidade, mas ainda há uma grande falha com este sistema, pois nem toda agressão causa marcas ou leva ao óbito, dificultando na análise e na contagem.

Estes casos de violência sem deixar marcas ocorrem em diversos tipos de agressões: domésticas, sexual e, também, na agressão psicológica que causa grandes danos; mas não deixam marcas físicas. Tais agressões podem até sair impunes e nestes casos um dos fatores é o medo de denunciar. Tal medo pode se dar por não ter “provas” que possam confirmar o relato, ou por medo do agressor, ou por medo de não ser bem tratada, ou mesmo por medo de ser passada como mentirosa pela pessoa que for atendê-la, como pode ser visto no estudo de Oliveira *et al* (2005).

O acesso a esses programas de assistência pública e o acesso à cidade são direitos muito importantes que as mulheres não estão podendo usufruir plenamente. Pois o direito de ir e vir não tem um bom planejamento feito pelo governo que a garanta plena liberdade de locomoção. Assim como é destacado

na pesquisa de Imbellone (2017), cuja falta de segurança nos transportes, a falta de iluminação adequada na rua, dentre outras situações que precariza o deslocamento da mulher em uma sociedade, principalmente, como a brasileira, tão cruel para com as meninas e as mulheres.

Em uma tentativa de melhorar o deslocamento, criaram uma legislação que obriga trens e metrô a ter o vagão feminino, que ficou conhecido como “Vagão rosa”. Essa ideia surgiu com o intuito de acabar ou diminuir os assédios que as mulheres sofriam e ainda sofrem nesses ambientes.

A pesquisa de Imbellone (2017) foi baseada em entrevista feita com usuárias destes meios transportes. Estas entrevistas trazem como resultado majoritário a importância do vagão rosa, porque de certo modo ele traz uma segurança para as mulheres que os utilizam. Teoricamente, como é um vagão destinado somente as mulheres, elas não seriam submetidas a nenhum tipo de assédio. Mas infelizmente isso é uma inverdade, pois os homens transitam nestes vagões como se estivesse transitando em vagões mistos.

Em virtude disso, percebe-se a ineficácia desta medida; até porque ela só serve para o momento dentro do transporte e não conscientiza os homens sobre essas ações em respeito a figura feminina; tornando isso mais propenso aos assédios e violência sexual nas ruas.

Outro problema, é que muitas das vezes esses vagões não são respeitados e não há quase nenhum tipo de fiscalização, principalmente nos trens. Um ponto importante trazido pela autora Imbellone (2017) é que existe uma legislação que prevê multa ao passageiro que desrespeitar o vagão feminino, porém tal legislação não foi e não é posta em prática. Embora tenha sido aprovada e acoplada como lei de obrigatoriedade do vagão feminino, a legislação sequer traz algo que determine o modo de aplicação da multa e da fiscalização; o que corrobora com o não cumprimento desta lei como foi relatado anteriormente.

O movimento feminista também faz duras críticas ao vagão Rosa, pois acreditam que a medida não é eficaz em proteger as mulheres e tampouco em acabar com os assédios para além do transporte.

A pesquisa feita por Imbellone (2017) traz o levantamento das usuárias e do movimento feminista, de que isso afirma o pensamento que os homens não

conseguem controlar seus desejos sexuais em público e por isso “tiram” as mulheres de perto.

Este fato fortalece o patriarcado que está implantado na nossa sociedade. Outra crítica sobre o vagão rosa é que esta ação pune as mulheres que são as vítimas, as deixando todas apertadas em um vagão, enquanto os homens podem transitar pelos outros sete. Algo muito importante a ser visto também é que as mulheres são a maior parte da população e “tem” apenas 2 vagões rosas e um em funcionamento por cada viagem para dar conta de todas as passageiras.

A partir de todos os argumentos trazidos até agora, fica evidente a importância da luta das mulheres pelo o acesso à saúde, à atenção pública especializada e pelo respeito, pela desobjetificação do corpo dela e, sobretudo, pelo acesso de ir e vir com plena segurança. Seja por meio de transportes públicos, a pé ou outros meios de locomoção.

Para que isso torne-se real, tem de se ter medidas públicas efetivas. Não somente no transporte, mas nas ruas, como mais iluminações, mais calçadas, mais segurança e mais ciclovias. Para que estas mudanças aconteçam muitas lutas deverão ser travadas, principalmente, contra o patriarcado e contra a falta de estrutura social. Que enxergam a mulher como sendo inferior ao homem e que não a permitem transitar com liberdade assim como eles fazem. Essas são as batalhas que elas enfrentam desde sempre no seu cotidiano. Elas lutam e esperam para que algum dia possam sair de suas casas sem medo.

Contudo é explícito que o papel social da Mulher que se conhece hoje foi criado no Brasil juntamente com a chegada dos colonizadores, pois o nosso modelo de como a mulher deve ser, foi exportado de outra cultura e sociedade. Este papel tem como característica principal o modelo Maria, citado nos parágrafos anteriores. Este modelo é até hoje o exemplo da mulher perfeita; sendo que revestido com uma nova roupagem como a família tradicional brasileira composta de uma mulher, um homem e seus descendentes DeSouza *et al* (2000). Tudo que discorre diferente disso, é considerado inaceitável.

Todos estes estereótipos da sociedade patriarcal que vêm sendo discorridos no texto causaram e causam sérios danos, pois trazem muitas desigualdades para o gênero feminino enquanto concede muito poder para o gênero masculino. Além de supervalorizar a masculinidade. Esta

supervalorização permite ao homem se achar dono da mulher, propiciando assim os abusos: como as violências físicas e psíquicas contra o gênero feminino, como a objetificação e outros efeitos que foram citados anteriormente.

Todas essas consequências que são causadas pelo papel social que foi estabelecido para este gênero vêm sendo desconstruídas aos poucos, pelas próprias oprimidas, as mulheres. Para enfrentar esse sistema foi criado o movimento feminista que luta pela igualdade, já que homens e mulheres são seres humanos e ninguém deve ser tratado como superior ou inferior e sim com iguais.

Ao longo do tempo muitas coisas foram conquistadas, como o voto, que veio com força no movimento das sufragistas. Que foi o maior movimento de mulheres em prol do direito de exercer seu direito democrático de votar. A quebra da proibição da mulher de trabalhar ou de mexer em conta bancária sem a autorização do marido. O de ter identidade própria, uma vez que em um dado período da história do país as mulheres tinham o mesmo número da identidade de seus maridos, como é retratado no documentário da *Netflix*, *As Telefonistas*. Essas conquistas são muito importantes, embora ainda se tenha muita luta para se conseguir a sonhada igualdade. As batalhas contemporâneas se dão, principalmente, contra a desigualdade salarial, contra a desobjetificação e contra a dessexualização do corpo feminino, contra a violência que a mulher sofre como o assédio sexual, contra o estupro e contra o feminicídio. Pois estas violências são fruto da sociedade patriarcal e são menosprezadas na sua maioria, causando danos gravíssimos na vida das vítimas, como foi discorrido ao longo do capítulo.

As lutas que são travadas pelo feminismo são para que a mulher tenha um lugar de cidadã com todos os direitos que devem ter, assim como o homem tem. Para isso precisa-se quebrar esse papel social que foi imposto a toda mulher, pois cada uma deve escolher como quer ser e qual papel irá exercer na sociedade. A batalha é para haver um mundo melhor, com igualdade de gênero e qualidade de vida para as mulheres do mundo inteiro. Que ao passar por ele não sofra a mesma violência que já se perdura por décadas e marca a vida de cada mulher que nele vive.

2º Capítulo: Análise e interpretação da pesquisa de campo

O objetivo deste capítulo é descrever dois objetivos específicos deste estudo, a saber, apresentar os tipos de assédio que ocorrem no transporte público brasileiro e de que forma este tipo de assédio afeta a saúde das mulheres e analisar as estratégias defensivas e as políticas públicas de proteção das mulheres em sua locomoção diária. Neste sentido, serão apresentados os resultados do trabalho de campo desse estudo.

A pesquisa foi disponibilizada logo após a aprovação do Comitê de Ética, tendo um total de 30 respondentes. As turmas as quais foram enviadas o questionário são: 4º ano de Gerência em Saúde, 4º ano de Análises Clínicas, 4º ano de Biotecnologia, 3º ano de Gerência em Saúde, 3º ano de Análises Clínicas e 3º ano de Biotecnologia. Esse quantitativo de participantes estabelecido foi devido à quantidade limitada de alunas com idade a partir de 18 anos que estudam na EPSJV. Foi observado que no primeiro dia de disponibilização do questionário obteve-se grande sucesso, com o total de 19 respostas. Nos dias posteriores o ritmo das respostas foi mais lento, levando o tempo de uma semana e meia para obter as outras 11 respostas.

Após a análise preliminar dos resultados foram identificadas três seguintes categoria analíticas para apresentar os resultados do estudo: a) compreensão das discentes sobre o que se caracteriza como assédio no transporte público; b) efetividade das políticas públicas de proteção às mulheres e c) estratégias defensivas contra o assédio sexual no transporte público.

Em linhas gerais, verificou-se que 70% das respondentes utilizam os transportes públicos com frequência e 21,7% usam de modo intermediário. Um aspecto muito importante a ser destacado é que 83,3% das entrevistadas já sofreram algum tipo de assédio no transporte público e 10 % não sabem se já foram submetidas a essa violência. Esses dados apontam para a naturalização da cultura patriarcal na sociedade brasileira, que tem na sua formação social o machismo estrutural, que está diretamente relacionado com o assédio, como pode ser visto anteriormente.

Os dados desta questão também comprovam a discussão trazida anteriormente sobre as mulheres passarem mais tempo nos transportes públicos do que os homens, devido a sua dupla ou tripla jornada. A naturalização desta cultura tem seu início muito bem descrito por DeSouza *et al* (2000) no capítulo anterior, na qual foi descrita trazendo como consequência toda a naturalização da violência contra elas perante a sociedade.

No que se refere à questão: “Na sua opinião qual comportamento pode ser caracterizado como assédio sexual no transporte público? (Pode selecionar mais de uma opção)”. Os resultados das opções mais selecionadas dentre as disponibilizadas foram: a) pressionar o corpo contra o da outra pessoa e se esfregar na outra pessoa, com 96,7%, b) encostar a mão nas partes íntimas, com 96,7%, e c) falar palavras de cunho sexual para outra pessoa, com 86,7%.

Para investigar qual era a compreensão de assédio das respondentes foram analisadas todas as questões de todos os questionários respondidos. No entanto, das três respostas supracitadas como opções mais selecionadas, a (a) e a (b) apresentaram o mesmo quantitativo, o que corresponde um total de 29 votos, cada. Com isso pode-se perceber que o assédio no transporte público na visão das respondentes ultrapassa o assédio e invade o campo da violência sexual. Pois, o ato de tocar o corpo da mulher é uma violação, portanto, deixa de ser assédio e passa a ser violência sexual. Algo bem preocupante, quando se tem quase todas as respondentes com a mesma visão.

Isso reforça mais uma vez a naturalização da violência contra a mulher, como foi dita e complementada pelos autores trazidos DeSouza *et al* (2000) e Habigzang *et al* (2008) no capítulo anterior. Tem-se a clareza da afirmação de naturalização dessa violência quando o limite do que é o assédio sexual e o que é violência sexual são tão invisíveis que um se mistura com o outro. Fazendo com que duas agressões sexuais que por serem menosprezadas diante da sociedade se confundam em determinado ponto. De maneira que se essas violências não têm seus limites divulgados para serem discernidos, tampouco serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível.

Na questão abordada no parágrafo acima, as respondentes tiveram a oportunidade de colocarem ações que consideravam ser assédio e que não se

encontravam dentre as opções. A resposta mais frequente dessas alternativas: “olhares maliciosos” (R15) ou frases similares a essa como “olhares fixos” (R10), “olhares excessivos” (R24), etc. Porém, também teve a resposta em que o assédio é descrito como “qualquer ato que deixe a mulher desconfortável” (R13).

Os sinônimos da palavra “olhares” apresentados como respostas, inferimos que o assédio não só tem uma maneira de acontecer, mas também outras. A partir desses sinônimos trazidos como definições de assédio descritas com as palavras das próprias respondentes, vemos que no geral há um consenso entre as respondentes de que o olhar é uma forma de assédio. Contudo tem-se uma denúncia na fala da respondente 13, que é como o assédio deve ser enxergado por todos. Mostrando um avanço na compreensão do que é o assédio sexual, embora seja um complemento na luta para visibilizar tal violência.

Conforme os resultados (a questão: Você acha que o assédio sexual gera algum dano a saúde das mulheres?) 86,7% acreditam que o assédio sexual gera algum dano a saúde das mulheres e 96,7% que essa lesão recai sobre a saúde mental. A respondente 22 foi a única a dizer que essa violência não afeta a saúde mental das mulheres. Ela justificou sua resposta no final do questionário com o seguinte argumento: “Respondi que não sobre impactar na saúde mental pois acho que as mulheres já se acostumaram, infelizmente.”. Esse comentário dialoga com o papel que a sociedade patriarcal impôs às mulheres e a adaptação que se submetem para conseguir sobreviver a este papel. Adaptação essa que é a imagem da mulher conseguindo suportar tudo e toda situação de dificuldade. Que a leva entender como não tendo o direito de adoecer com essas violências sofridas, além de não se dá conta de que este adoecer advém destas violências.

De acordo com a maior parte das respondentes e também com os autores trazidos para essa discussão, Andrade *et al* (2017), Habigzang, *et al* (2008), Okabe *et al* (2009) e Oliveira *et al* (2005), vimos que o assédio sexual como qualquer outro tipo de violência deixa marcas, principalmente marcas psicológicas. Esses autores também falam da importância do tratamento psicológico para as vítimas de violência; e que o tratamento deveria ser objeto central de políticas públicas, mas não é ofertado ainda hoje, e deve ser oferecido pelo SUS, pois saúde é um dever do governo.

Foi revelado na pesquisa que 90% das respondentes acreditam que a frequência do assédio nos transportes públicos é alta e que 10% acreditam que seja

mediana. Com isso fica evidente o alto índice desta violência observada e vivida pelas mulheres. Um dado interessante é que mesmo que haja uma naturalização desta realidade estas mulheres também a percebem como algo que não deveria acontecer. Esse dado aponta a contradição social ao revelar que mesmo que essa geração também reconheça este comportamento como culturalmente aceito ela o vê também como estranhamento. Talvez este estranhamento aponte para a conscientização da necessidade de alteração desta condição.

Conforme afirma a constituição brasileira é dever do estado proteger os cidadãos e por esse motivo foi visto como ponto essencial a pesquisa sobre a efetividade das políticas públicas para a proteção das mulheres no transporte público. Sabe-se que Rio de Janeiro (cidade da pesquisa) tem apenas uma lei, a do Vagão exclusivo das mulheres, mais conhecido como vagão rosa. Foi obtido um resultado de 100% para a implementação de mais políticas públicas para o combate ao assédio. A efetividade das leis de contra o assédio nos transportes públicos entrou em questão e como foi dissertado no capítulo anterior, 56,7% acham mediana a eficiência desta medida e 10% acham totalmente eficientes. Este resultado confirma a discussão teórica levantada nas linhas acima sobre tal assunto. E a fala da Respondente 11 reafirma esse levantamento;

“O poder público deveria fazer algo a mais, e não só o poder público a própria família deveria ensinar seus próprios filhos que não se deve tocar em uma mulher ou em qualquer pessoa sem o consentimento da própria.” (sic) (R11).

Esta fala não só reafirma o dever do estado com as leis, mas também em disseminar uma nova cultura de criação na sociedade brasileira. Cultura essa que tenha como princípio o respeito a diversidade e pluralidade. Para que as gerações futuras não tenham que carregar o peso e a dor causada pelo machismo, que está sobre a sociedade brasileira desde a época da colonização, como foi relatado no estudo de DeSouza *et al*(2000) no primeiro capítulo deste trabalho.

A falha do estado na proteção das mulheres foi e é componente na pesquisa e neste estudo, assim como as estratégias defensivas que elas utilizam.

Como resultado das estratégias utilizadas pelas respondentes para se defender do assédio sexual nos transportes, as mais mencionadas foram; a)

“Colocar a bolsa por atrás das próprias nádegas e dando cotoveladas” com 63,7%, b) “pedir ajuda a alguém e/ou enfrentando o agressor” teve 36,7%. Entretanto, a centralidade dessa pergunta deve ser dado a grande quantidade de votos na opção “Não me defendo”, que teve 33,3%, uma quantidade relevante considerando que foram 30 entrevistadas ao total. O motivo desse resultado se dá por falas como a da respondente 12 “Me sinto impune e costumo não reagir por medo de algo pior acontecer”. Frases como essas mostram a opressão e o medo que as mulheres sentem.

Esses relatos tornam evidente o quão grave e urgente é a necessidade de se ter cuidado e de se dar visibilidade as questões em relação a violência sexual contra a mulher.

Esse sentimento de medo visto nas respostas relatadas no parágrafo acima pode ser justificada pela pesquisa da Imbellone (2017) sobre as medida protetivas contra assédio nos transportes e também no uso dos transportes pelas mulheres. Essa pesquisa vista anteriormente mostra que as ruas e condução não foram feitas pensando na segurança e locomotividade do gênero feminino, pois a grande maioria das ruas tem pouca iluminação, pouca sinalização e os centros geralmente ficam afastados das zonas residenciais, fato que faz as mulheres pegarem mais transportes públicos, devido a dupla ou tripla jornada.

A necessidade de atenção para essa violência também está presente na última pergunta do questionário, a qual é aberta e não obrigatória. Ela dá a oportunidade da respondente falar o que acha importante e interessante para a pesquisa. Com isso obteve-se respostas que reafirmam a importância dessa pesquisa e a necessidade dela ser expandida para além da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; para poder dar voz a mais mulheres que sofrem essas violências

Tais respostas foram, Respondente 3 “entrevistar mulheres em diversos transportes públicos enriqueceria a pesquisa, pois não são só alunas que enfrentam esse comportamento abusivo todos os dias ;)", Respondente 5 “É um tema bastante importante, acredito que muitas meninas e mulheres já sofreram esse tipo de abuso. boa sorte na pesquisa” e a Respondente 25 “Muito importante ter pesquisas assim para esse assunto n ser banalizado”. Essas respostas são um incentivo muito grande e uma comprovação da importância de continuidade deste trabalho.

Em linhas gerais o que esta pesquisa demonstra é que o assédio sexual no transporte público é algo cotidiano, que ocorre com grande parte das mulheres e causa danos a sua saúde. Mostra também o quanto essa cultura do assédio e da violência contra a mulher está enraizada na sociedade.

Com o levantamento da pesquisa de campo pode-se constatar todas as hipóteses levantadas com base nos autores utilizados para este estudo. Pois pode-se observar nas falas das respostas abertas tanto quanto nas fechadas a gravidade e frequência que essa violência ocorre.

A cada segundo tem uma mulher em algum lugar do mundo sofrendo algum tipo de violência, seja ela física ou psicológica. Isso ocorre devido a um modelo hegemônico na sociedade, uma formação social heteronormativa, machista e misógina que já foi discutida no primeiro capítulo desse estudo.

O objetivo desse trabalho foi dar visibilidade a violência contra a mulher mostrando, principalmente, como essa violência ocorre no transporte público. Pois está é uma luta que já vem sendo travada pelas mulheres há séculos e que continuará ganhando forças até que esse problema não exista mais nas sociedades. Cada dia que passa as pessoas têm que ser conscientizadas e conscientizar os outros através de trabalhos, ações, projetos e manifestações, que assim como esse estudo busca dar visibilidade ao sofrimento da mulher. Somente falando e mostrando o que acontece é que a sociedade conseguirá avançar produzindo relações mais igualitárias entre os gêneros.

Em virtude dos objetivos e de todos os argumentos levantados ao longo deste trabalho, pode-se mostrar a importância de tirar do silenciamento e dar visibilidade, combate e tratamento para todas as vítimas dessas agressões de gênero sofridas diariamente.

Considerações finais

Essa pesquisa se debruçou sobre o tema as consequências do assédio sexual na vida das mulheres e teve como questão principal compreender como o assédio sexual sofrido pelas mulheres no transporte público impacta diretamente na saúde mental delas.

Os assédios sofridos pelas mulheres nos transportes públicos têm um impacto muito grande em sua vida, eles acabam gerando consequências que podem ser revividas diariamente; que vem expressa em uma naturalização dessa violência, como podemos observar na pesquisa de campo.

O dano que essa violência causa é evidenciado pelo medo que as mulheres têm em andar sozinhas; por algumas mudarem de vestimenta e de hábitos pelo receio das violências de gênero, como é observado na fala da respondente 23 “Não sei se isso vai ajudar de alguma forma, mas por conta do assédio no transporte público eu e várias das minhas amigas evitamos usar shorts, saias, vestidos, etc. Principalmente de manhã para vir a escola.”. Fala como essa deixa nítida as consequências e os impactos que essas violências causam na vida das mulheres, que são uma síntese importante dos resultados dos estudos.

A maior dificuldade no começo deste trabalho foi não ter encontrado artigos publicados que tratassem diretamente sobre o dano psicológico que o assédio sexual causa nas mulheres ao utilizarem o transporte público; como também achamos apenas uma publicação que tratava sobre os danos psicológicos em relação à violência sexual em mulheres e meninas. Com essa falta de informação, teve que ser feita uma análise mais abrangente da violência de gênero; para ir estreitando o tema no decorrer do trabalho, com base na pesquisa de campo.

O limite que encontramos nos resultados do estudo se refere a abrangência do questionário, que condicionava ao formato das repostas de algumas questões. Ao nos debruçarmos sobre esses resultados, observamos que tinham questões que poderiam ficar mais consistente em aberto, pois com as questões fechadas acabava-se perdendo muitas informações importantes. Destacamos que optamos por questões fechadas porque é um tema sensível e que poderia gerar desconforto as respondentes, entretanto esse resultado se mostrou como um limitador da pesquisa.

Um dos resultados que ficou muito claro com esse trabalho foi a necessidade de ampliação da pesquisa. Os danos do assédio sexual na saúde das mulheres é uma questão que envolve todas as mulheres, em todo o mundo. Por isso é de extrema importância que esse trabalho tenha continuidade e com isso possa ser ampliado para ouvir e estudar as consequências dessa violência na vida de outras mulheres. Expor essas violências e o que elas causam, fazem parte do processo para deter tais ações.

Esse trabalho foi de extrema importância para a minha vida acadêmica e a pessoal. Com essa experiência eu aprendi a pesquisar, escrever melhor e estudar outras coisas que não são passadas em sala de aula. Esse Trabalho de Conclusão de Curso também me ensinou a ouvir melhor as pessoas e entender o que está sendo dito indiretamente na forma que a pessoa se expressa. Particularmente ele me instigou ainda mais a ter engajamento sobre as lutas feministas e a transformar o sofrimento em determinação.

O tema abordado nesse trabalho é algo muito delicado para mim e que acaba mexendo com o emocional. Não esperava ler coisas tão impactantes e que mexesse tanto assim comigo, como aconteceu. Mas isso foi algo muito bom, porque me fortaleceu e fez com que tivesse mais coragem para enfrentar tantas e outras lutas por respeito e igualdade.

Como disse anteriormente esse trabalho deve ter continuidade e abranger mais mulheres em diversas áreas, regiões e situações. Tenho um enorme desejo em levar este trabalho para a faculdade. Nessa continuação irei expandir a área de estudo e explorar ainda mais a pesquisa de campo; com mais perguntas e dando mais liberdade nas respostas.

Espero que esse trabalho seja um alerta para quem o leia. Um alerta de que o assédio sexual é uma violência, que as mulheres sofrem cotidianamente e que devem ser tomadas medidas legais de combate a esse crime, bem como o suporte médico, legal e estrutural às vítimas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Cristiane Batista; ASSIS, Simone Gonçalves. Assédio moral no trabalho, gênero, raça e poder: revisão de literatura. *Rev. bras. saúde ocup.*, São Paulo , v. 43, e11, 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572018000100402&lng=en&nrm=iso>.access on 18 July 2019. Epub July 23, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000012917>.

DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicol. Reflex. Crit.*, PortoAlegre , v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000300016&lng=en&nrm=iso>.access on 18 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000300016>

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:ANÁLISE DE OBJETIVOS E DE ROTEIROS. Eduardo José Manzini – Departamento de Educação Especial, Programa de Pós-Graduação em Educação, Unesp, Marília. Apoio: CNPQ

HABIGZANG, Luísa F. et al .Avaliação de um modelo de intervenção psicológica para meninas vítimas de abuso sexual. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília , v. 24, n. 1, p. 67-75, Mar. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000100008&lng=en&nrm=iso>.access on 18 July 2019.<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722008000100008>.

Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva Pesquisa e Estratégia. Seguranças das mulheres no transporte. Disponível em: https://assets-dossies-ipgv2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/5/2019/06/IPG_Locomotiva_2019_Segurani_das_mulheres_no_transporte.pdf. Acesso em 18 de julho de 2019.

MINAYO, Cecília. Disponível em:
http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em
18 de Agosto de 2019.

OKABE, Irene; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Violência contra a mulher: contribuições e limitações do sistema de informação. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo , v. 43, n. 2, p. 453-458, June 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000200027&lng=en&nrm=iso>.access on 12 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342009000200027>

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de et al . Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 39,n. 3, p. 376-382, June 2005 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000300007&lng=en&nrm=iso>.access on 18 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-RIBEIRO>, Joana. Segurança da Mulher no Espaço Público e Transportes Públicos. Aula Aberta, UFRJ, 08 de maio de 2019.89102005000300007.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 24 de Março de 2020

Apêndice 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ONLINE

Cara aluna da EPSJV, você está sendo convidada a participar da pesquisa “As consequências do assédio sexual na vida das mulheres: uma discussão a partir da utilização do transporte público no Rio de Janeiro”. O objetivo desta pesquisa é compreender como o assédio sexual sofrido no transporte público pelas mulheres afeta sua saúde mental.

Você está sendo convidada a participar deste estudo por ser aluna de Ensino Médio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Sua participação é voluntária e você pode optar por participar ou não desta pesquisa.

Caso aceite participar do estudo, você responderá a um formulário digital com perguntas fechadas e abertas, sobre sua experiência de mobilidade no transporte público do Rio de Janeiro. Para responder este questionário você levará em média cinco minutos. Você não será identificada ao divulgarmos os resultados, não sendo possível identificar sua resposta individual. As pesquisadoras comprometem-se com a garantia do sigilo, privacidade de sua participação, acesso aos resultados da pesquisa e acesso a este documento sempre que solicitado. Destacamos que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem qualquer prejuízo. Na eventualidade de qualquer dano resultante de sua participação nesta pesquisa, você terá direito a assistência e a buscar indenização.

Este estudo não prevê custos e nem compensação financeira para os sujeitos da pesquisa. Sua participação envolve riscos mínimos, pois responder a estas questões pode gerar desconforto para você. Responda se sentir confortável. No entanto, ao participar do estudo você contribuirá para a discussão sobre como a falta de segurança na mobilidade urbana da mulher impacta a sua saúde.

Você poderá ter acesso a qualquer momento a frequência dos dados agregados nesta pesquisa pelo e-mail da pesquisadora responsável raquel.moratori@fiocruz.br e telefone (21) 98797-1455 ou através do endereço: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde, sala 311, Av. Brasil, 4365 – Manguinhos –Rio de Janeiro– RJ CEP: 21040-900.

Este estudo tem duração de agosto de 2019 a dezembro de 2020 e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Este comitê tem por princípio a defesa dos interesses dos sujeitos da pesquisa garantindo sua integridade e dignidade. Respeitando os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Em qualquer momento você pode entrar em contato com o Comitê de Ética que aprovou o estudo para informações: CEP - Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Avenida Brasil, 4365 – Manguinhos – RJ, CEP 21040-360, telefone (21) 3865-9809, e-mail: cep.epsjv@fiocruz.br. Por se tratar de pesquisa online, ao prosseguir na mesma, você estará concordando com este termo de consentimento e com a sua participação na mesma. Reiteramos que sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem qualquer prejuízo.

Apêndice 2: Questionário

AS CONSEQUÊNCIAS DO ASSÉDIO SEXUAL NA VIDA DAS MULHERES: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO NO RIO DE JANEIRO

Este questionário é destinado para as alunas da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio que utiliza o transporte público. O questionário tem como intuito dar base a monografia cujo tema abordado é assédio sexual no transporte público e suas consequências. As participantes desta entrevista não terão sua identidade revelada.

Caras alunas, desde já agradecemos imensamente a sua colaboração respondendo este questionário de pesquisa.

1-Com que frequência você utiliza o transporte público?

- a) Muita,
- b) Pouca,
- c) Intermediária,
- d) Pouquíssima

2-Você já sofreu algum tipo de assédio enquanto estava no transporte público?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei
- d) Talvez

3-Na sua opinião qual comportamento pode ser caracterizado como assédio sexual no transporte público?

- a) Pressionar o corpo contra o da outra pessoa e se esfregar na outra pessoa
- b) Encostar a mão nas partes íntimas
- c) falar palavras de cunho sexual para outra pessoa
- d) Outros (opção de escrever)

4-Conhece outras mulheres que já sofreram algum tipo de assédio?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei
- d) Nunca conversei com outras mulheres sobre esse assunto

5- Na sua opinião como o assédio sexual deveria ser tratado nestes casos?

- a) Deveria ser crime
- b) Não deveria ser crime
- c) Não sei responder

6-Você acha que o assédio sexual gera algum dano a saúde das mulheres?

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez
- d) Não tenho opinião sobre isso.

7- E no que diz respeito a saúde mental?

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez
- d) Não tenho opinião sobre isso.

8-Com que frequência você acha que ocorre o assédio sexual nos transportes públicos?

- a) Alta
- b) Baixa
- c) Média
- d) Não sei dizer

9-Você acha que a política pública do “Vagão Rosa” é eficiente no combate ao assédio sexual?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não tenho opinião sobre isso.

10-Na sua opinião deveria ter mais políticas públicas para combater o assédio sexual no transporte público?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não tenho opinião sobre isso

11-Como você se defende contra o assédio sexual no transporte público?

- a) Colocando a bolsa por atrás das próprias nádegas e dando cotoveladas
- b) Pedindo ajuda a alguém e/ou enfrentando o agressor
- c) Não me defendo
- d) Outros (opção de escrever)

Após responder este questionário, você gostaria de acrescentar mais alguma coisa para enriquecer a pesquisa? _____

Anexo 1: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: As consequências do assédio sexual na vida das mulheres: uma discussão a partir da utilização do transporte público no Rio de Janeiro

Pesquisador: Raquel Barbosa Moratori

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 34641320.8.0000.5241

Instituição Proponente: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.160.461

Apresentação do Projeto:

O assédio sexual se traduz e se realiza por meio de diferentes cenários e dimensões, como ambiente geográfico, faixa etária e sexo. As mulheres são, claramente, as principais vítimas. No dia a dia pode-se observar a quantidade de eventos de assédio que as mulheres sofrem na rua, e os efeitos que isso produz. E quase impossível encontrar uma mulher que não relate ter sofrido algum tipo de assédio, seja ele sexual ou moral. Embora seja cada vez mais transparente, na sociedade atual, os casos de assédio sexual, há uma certa tendência de naturalização, e ainda são escassas as estratégias de cuidado, particularmente no campo da saúde mental. O transporte público é um ambiente no qual o assédio sexual vem aumentando cada vez mais. Ele deveria ser um meio de locomoção que todos pudessem usar com segurança, no entanto, pesquisas como do Instituto Patrícia Galvão Locomotiva mostram dados desafiadores, e mostram que 97% das mulheres brasileiras relatam que já sofreram assédio sexual no transporte público e 71% dizem conhecer mulheres que já sofreram. Os assédios sofridos pelas mulheres nos

transportes públicos e nas ruas ganham destaque também em uma disciplina chamada aula aberta na UFRJ pela professora Joana Ribeiro (2019). Ela traz dados sobre o quantitativo dos eventos, sobre a diferença na locomoção das mulheres e na dos homens, e a diferença na carga diária de trabalho. Esses dados são muito importantes, inclusive o da quantidade de população por gênero, pois mostram que apesar de as mulheres serem mais constrangidas e oprimidas, elas são também maiores em número, o que traz uma grande controvérsia. Esta pesquisa também mostra os meios pelos quais vários países/cidades usam para tentar acabar com esse tipo de assédio, como por exemplo em Londres, as campanhas mostraram resultados, como a duplicação das denúncias de ofensas sexuais; atenção para horários críticos em relação a ocorrências dos assédios (manha e tarde, horários de pico) e a maior confiança para poder denunciar. O estudo mostra a importância de se falar no tema para combater e mostrar a todos o que ocorre no dia a dia das mulheres. Os dados supracitados mostram a gravidade da situação e o quão recorrente tem se tornado. Além disso, uma das razões pelo qual o tema é estudado nesta monografia, é o pouco tratamento dado ao assunto perante a sociedade. O projeto em foco traz o tema do assédio sexual no transporte público, com recorte nas alunas do ensino médio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. Pretende-se abordar também as estratégias de proteção que as mulheres usam e as consequências que estas ações podem causar. Assim, a questão central desta pesquisa é analisar como o assédio sexual sofrido pelas mulheres no transporte público traz consequências para sua saúde mental. As estratégias metodológicas utilizadas na pesquisa são revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Na revisão bibliográfica busca-se revisar os trabalhos já existentes sobre o tema em estudo. Na pesquisa documental serão buscados aspectos normativos e legais, que dizem respeito ao objeto de estudo. A pesquisa de campo se dará por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, cujo instrumento de coleta de dados será respondido por meio da plataforma digital do Google Formulário, que será enviado aos sujeitos da pesquisa, e o contato inicial com os possíveis sujeitos da pesquisa se dará por meio dos representantes de turma via mídia social Whatsapp. Neste contato irá explicar o tema da pesquisa, seu objetivo e o convite para a participação do estudo. O grupo de Whatsapp pelo qual será feito o contato é formado pelos representantes de todas as turmas da Escola, os

quais serão os informantes-chave. Os critérios de escolha de participação da pesquisa serão as estudantes do ensino médio da EPSJV, que utilizam transporte público e são maiores de 18 anos. Uma vez que aceitem participar do estudo, o representante de turma deverá retornar para a pesquisadora o contato das interessadas. Todas as participantes deverão aceitar participar do estudo por meio de assinatura no TCLE online, que será apresentado antes das questões da pesquisa, por meio digital. A resposta ao questionário deverá tomar tempo médio de 5 minutos para ser respondida.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral deste estudo é compreender como o assédio sexual sofrido no transporte público pelas mulheres afeta sua saúde mental.

Como objetivos secundários:

- 1- Discutir o papel social das mulheres na sociedade capitalista;
- 2- Apresentar os tipos de assédio que ocorrem no transporte público brasileiro e de que forma este tipo de assédio afeta a saúde das mulheres;
- 3- Analisar as estratégias defensivas e as políticas públicas de proteção das mulheres em sua locomoção diária.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Risco: Sua participação envolve riscos mínimos, pois responder a estas questões pode gerar desconforto para você.

Benefício: O estudo contribuirá para a discussão sobre como a falta de segurança na mobilidade urbana da mulher impacta a sua saúde.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este projeto de pesquisa é referente ao trabalho de conclusão de curso (PTCC) da aluna de 4º ano do Ensino Médio, inscrita na EPSJV sobre orientação da professora Dra. Raquel Barbosa Moratori.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados todos os termos obrigatórios.

Recomendações:

Utilizar o "Formulário para resposta a pendências" disponível no site do CEP (<http://www.epsjv.fiocruz.br/pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa>).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**Inclusões necessárias no RCLE:**

- a) garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa, segundo Res. Conep 510/16, art. 17, VI;
- b) a informação que o participante terá acesso ao RCLE, sempre que solicitado, segundo Res. Conep 510/16, Art. 17, X;

c) a informação que, na eventualidade de qualquer dano resultante de sua participação na pesquisa, ele terá direito à assistência e a buscar indenização, segundo Res. Conep 510/16, Art. 19, 2.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1588906.pdf	07/07/2020 15:25:26		Aceito
Outros	FormularioOnline.pdf	07/07/2020 15:24:03	Raquel Barbosa Moratori	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoPesquisadorRaquelMoratori.Pdf	07/07/2020 15:20:19	Raquel Barbosa Moratori	Aceito
Outros	AtaQualificacao.jpg	07/07/2020 15:13:36	Raquel Barbosa Moratori	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Final.pdf	07/07/2020 15:10:53	Raquel Barbosa Moratori	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCompletoCEP.pdf	06/07/2020 20:39:23	Raquel Barbosa Moratori	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	06/07/2020 20:34:42	Raquel Barbosa Moratori	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 17 de
Julho de 2020

Assinado por:

**Maria Cristina Soares
Guimarães
(Coordenador(a))**